

A EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB VIGILÂNCIA: O CASO DO DOPS/PR (1964-1988)*

Jaime Valim Mansan**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Universidad Complutense de Madrid

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a vigilância do campo da educação superior exercida por órgãos e agentes do sistema de controle social constituído no Brasil a partir do golpe de 1964. Para tanto, aborda o caso específico da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR), analisando sua atuação e sua relação com colaboradores externos e outros órgãos de controle entre 1964 e 1988. Tal análise inscreve-se no âmbito de uma pesquisa de doutorado que tem por objeto de estudo o controle do campo da educação superior durante a Ditadura Civil-Militar, realizado através de ações coercitivas (vigilância, punição/recompensa e normatização) e ideológicas (propaganda/censura, educação moral e cívica, cursos de formação promovidos pela Escola Superior de Guerra e pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, palestras e materiais de divulgação distribuídos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, dentre outros). A DOPS/PR fazia parte de uma estrutura de vigilância composta pelos vários departamentos e delegacias de ordem política e social e pela Polícia Federal. Além dessa estrutura, outras quatro (a do Sistema Nacional de Informações, a dos órgãos militares de informação, a do sistema CODI/DOI - Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações - e a do Ministério da Educação e Cultura) compunham o setor de vigilância daquele complexo sistema de controle social. Palavras-chave: vigilância; educação superior; controle social; Ditadura Civil-Militar.

LA EDUCACIÓN SUPERIOR BAJO VIGILANCIA: EL CASO DEL DOPS/PR (1964-1988)

RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión sobre la vigilancia del campo de la educación superior hecha por órganos y agentes del sistema de control social creado en Brasil después del golpe de 1964. Para eso, trata del caso específico de la Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR), analizando su actuación y su relación con colaboradores externos y otros órganos de control entre 1964 y 1988. Ese análisis es parte de una investigación de doctorado que tiene por objeto de estudio el control del campo de la educación superior en la Ditadura Civil-Militar, hecho por medio de acciones coercitivas (vigilancia, punición/recompensa y normación) e ideológicas (propaganda/censura, educación moral y cívica, cursos de formación promovidos por la Escola Superior de Guerra y por la Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, conferencias y materiales de divulgación repartidos por el Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, entre otros). La DOPS/PR era parte de una estructura de vigilancia compuesta por varios departamentos y delegacias de ordem política e social y por la Polícia Federal. Además de esa estructura, otras cuatro (la del Sistema Nacional de Informações, la de los órganos militares de información, la del sistema CODI/DOI - Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações - y la del Ministério da Educação e Cultura) componían el sector de vigilancia de aquel complejo sistema de control social. Palabras clave: vigilancia; educación superior; control social; Dictadura Civil-Militar.

1. A Escola Superior de Guerra (ESG), núcleo ideológico da ditadura instaurada no Brasil em 1964, utilizava em seus cursos um *Manual Básico*, elaborado por membros da própria instituição. Da mesma forma, a publicação era a principal obra de referência nos cursos promovidos pela ADESG (Associação de Diplomados da ESG). O público-alvo de tais cursos era composto tanto por militares quanto por civis. Os “estagiários” que compunham o quadro discente dessas atividades eram cuidadosamente escolhidos, geralmente em função dos postos que ocupavam no aparato estatal ou em setores-chave da sociedade civil. A essência do referido manual era a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) em sua versão brasileira, adaptada do original estadunidense pela própria ESG.¹

Naquele manual, composto portanto por uma síntese das principais diretrizes daquele regime ditatorial, podia-se ler afirmações como estas:

Não é possível conduzir-se uma administração modesta, uma grande organização ou um Estado sem que haja um fluxo constante e ordenado de informações de toda a natureza, das mais simples às mais complexas, permitindo o perfeito conhecimento do que se passa ou o que, possivelmente, virá a se passar no futuro.

(...) uma sistemática produção de informações é altamente compensadora para que se tenha um nível aceitável de segurança e, no campo do desenvolvimento, para que se possa planejar em bases realísticas. (...)

É fácil calcular o que pode decorrer da inexistência do que poderíamos chamar uma *mentalidade de informações*: a surpresa, o despreparo diante de ações hostis, a perda da iniciativa, tudo conduzindo à fragilidade das instituições (Brasil, 1975, p. 420; 434).²

Isso demonstra o caráter estrategicamente decisivo que o grupo que assumiu o poder a partir do golpe de abril de 1964 atribuía às *informações*. A *vigilância* da sociedade, no âmbito da qual ocorria a produção de informações por órgãos e agentes especializados, tornou-se uma das bases daquele regime ditatorial.

2. Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida, desde março de 2011, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tal investigação tem por objeto de estudo a história do controle do campo da educação superior no Brasil entre 1964 e 1988. O modelo teórico adotado em tal pesquisa propõe que o controle social seja compreendido como um processo complexo, constituído tanto por medidas coercitivas (vigilância, punição/recompensa e normatização) quanto por ações ideológicas (propaganda/censura, educação moral e cívica, cursos de formação promovidos pela ESG e pela ADESG, palestras e materiais de divulgação distribuídos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, dentre outros). A Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR) fazia parte de uma estrutura de vigilância composta pelos vários DOPS e pela Polícia Federal (PF). As outras quatro estruturas que compunham o setor de vigilância daquele complexo sistema de controle social eram: a do Sistema Nacional de Informações (SNI); a dos órgãos militares de informações (segundas seções, Centro de Informações do Exército – CIE, Centro de Informações da Marinha - CENIMAR, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica – CISA, escritórios dos adidos militares); a estrutura CODI/DOI - Centro de Operações de Defesa Interna/Destacamento de Operações de Informações; e a estrutura de vigilância do Ministério da Educação e Cultura – MEC, composta pelo ministério, incluindo suas delegacias regionais, pelos órgãos de vigilância a

ele subordinados (Divisão de Segurança e Informações do MEC – DSI/MEC, Comissão de Investigação Sumária do MEC – CISMEC e assessorias de segurança e informações – ASI/AESI) e por membros do campo da educação superior que atuavam como colaboradores, sobretudo reitores e diretores.

Nessa investigação, portanto, entendemos que o controle ocorra tanto por meio da coerção quanto através de consensos, seguindo nesse sentido a proposta de Gramsci (2007). No que diz respeito à coerção, o trato com as fontes e a tentativa de ir além de Gramsci nos levaram a propor a hipótese de que três elementos indissociáveis e complementares tenham composto tal faceta coercitiva do sistema de controle social então vigente. Tais componentes seriam: normatização, punição e vigilância.³ Neste artigo buscamos aprofundar a reflexão e o debate em torno deste último elemento. Em outras palavras, trata-se aqui de refletir sobre as atividades de vigilância exercidas por órgãos e agentes do sistema de controle social constituído no Brasil a partir do golpe de 1964, a partir do estudo de um caso específico.

O referido sistema de controle surgiu a partir de uma forte reestruturação e ampliação daquele anteriormente vigente, processo ocorrido fundamentalmente nos primeiros anos de ditadura (de 1964 a 1969). Intencionalmente ou não, aquela estrutura coercitiva tornou-se um dos pilares de sustentação do regime ditatorial.

O núcleo daquele sistema era a autodenominada “comunidade de segurança e informações”. Entretanto, também envolvia uma ampla rede de colaboradores que não pertenciam a ela. A frequência e a duração desses apoios variavam amplamente, assim como as razões que levavam a isso. Alguns colaboravam de forma espontânea, por simpatizarem com o regime, por verem nele um ‘mal menor’ diante do “perigo vermelho”, por expectativa de ganhos pessoais ou profissionais, etc. Outros eram coagidos, por meio de ameaças e de torturas físicas ou psicológicas. Também não parece absurdo supor que, naquele contexto em que para ser reprimido bastavam suspeitas, alguns possam ter colaborado espontaneamente com base na suposição de que assim não seriam confundidos ou ‘injustamente’ denunciados por “subversão”, precavendo a si e aos seus da repressão. Nesse caso, tratar-se-ia de uma colaboração espontânea, mas, ao mesmo tempo, motivada por uma espécie de coação indireta, oriunda do clima de medo generalizado criado pelo modo relativamente imprevisível e arbitrário de funcionamento do sistema de controle.

Esta reflexão trata, como já foi dito, de um dos três indissociáveis elementos constitutivos da faceta coercitiva daquele sistema de controle social. Ter em conta essa relação orgânica entre vigilância e controle é fundamental para uma melhor compreensão dos episódios que serão relatados a seguir. A base empírica destas considerações provém de documentos oriundos da DOPS/PR. Por esse motivo, serão privilegiadas sua atuação e sua relação com colaboradores externos e outros órgãos de controle, entre 1964 e 1988, na vigilância do campo da educação superior.

No Paraná, a DOPS surgiu por meio do desmembramento das delegacias de polícias especializadas, determinado pela Lei Estadual nº 177 de 15/03/1937. Antes de sua criação, exerceram atividades de vigilância o Comissariado de Investigação e Segurança Pública (década de 1920), assim como a Delegacia de Vigilância e Investigação e a Delegacia de Vigilância e Capturas (década de 1930).

Extinta pelo Decreto nº 577 de 11/07/1991, a DOPS/PR foi, no período aqui abordado, subordinada à Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública do PR (DSI/SSP/PR). Trabalhava, contudo, com relativo grau de autonomia, atuando em regime de colaboração direta com diversos órgãos do sistema de controle, bem como com colaboradores externos à “comunidade de segurança e informações”.

Tratava-se, portanto, de um órgão que existiu durante regimes políticos bastante diversos, herdando dessa trajetória heterogênea, na qual foi componente de diferentes sistemas de controle social, uma importante bagagem e uma série de práticas, hábitos e valores que formavam uma cultura institucional própria, na qual as mudanças ocorriam de modo mais lento, em uma temporalidade diversa daquela na qual se inscreviam as ações políticas. Ter em conta esse elemento é fundamental para uma melhor compreensão das práticas de vigilância realizadas por aquele órgão.

3. Uma análise dos documentos oriundos do arquivo da extinta DOPS/PR, hoje sob guarda do Arquivo Público do Estado do Paraná, em Curitiba, permite que várias características daquele órgão de controle sejam identificadas. Várias delas também são identificadas em outros órgãos do sistema, sobretudo em outras delegacias ou departamentos de ordem política e social.

Um primeiro aspecto a ser mencionado diz respeito a *quem* era vigiado. Um olhar mais geral sobre a documentação permite perceber uma intenção de controle sobre toda a sociedade, incluindo-se aí tanto sociedade civil quanto sociedade política. No entanto, alguns segmentos sociais eram claramente priorizados. Dentre esses alvos privilegiados estava a educação, com ênfase para a educação superior. Isso parece ter sido motivado:

(1) pela existência de um número relativamente alto de críticos do regime naquele campo, se comparado a outros segmentos sociais;

(2) pelo entendimento, compartilhado pelo grupo no poder, de que a educação tinha uma função estratégica de mais alta importância, tanto para a estabilidade política do regime (por ter grande potencial para a formação de consensos favoráveis) quanto para o sucesso do projeto de desenvolvimento econômico nacional (por possibilitar a formação dos diversos tipos de mão de obra necessários).

Além disso, como é sabido, uma significativa parcela de estudantes e também alguns professores haviam participado ativamente, no pré-golpe, das mobilizações em prol das Reformas de Base e, particularmente, da Reforma Universitária. Isso também contribuía fortemente para que se tornassem alvos prioritários das ações de vigilância, desde os primeiros dias de abril de 1964. Vejamos alguns exemplos de como esse segmento do campo da educação superior era vigiado.

Em 1966, estudantes brasileiros teriam participado do IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, realizado em Cuba. A partir de então, tais estudantes passaram a ser procurados pelo regime. Nesse processo, o Exército e o SNI solicitaram auxílio da DOPS/PR, pedindo a “qualificação completa e antecedentes” dos estudantes que supostamente haviam ido a Cuba, bem como a verificação da presença de alguns deles “na área de jurisdição desse órgão”.⁴

As mudanças na composição dos diretórios acadêmicos e outras entidades estudantis também eram acompanhadas de perto pelos órgãos do sistema de controle. A DOPS/PR mapeava não apenas a composição das chapas eleitas para as entidades estudantis paranaenses, vinculadas a instituições de ensino superior públicas e privadas, mas mantinha também as relações de nomes dos componentes das chapas derrotadas. Essa era uma prática sistemática, realizada todos os anos naquele órgão pelo menos desde 1966 e ao longo de toda a década de 1970.⁵ O objetivo era formar uma massa de dados brutos sobre a sociedade, que pudessem, sempre que necessário, ser cruzados e empregados na produção de informações consideradas confiáveis.

Arquivava-se todo material que pudesse conter informação potencialmente útil, como, por exemplo, um folheto de propaganda de um curso pré-vestibular, no qual constava a lista dos “calouros” de 1970 da Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) que haviam frequentado aquele curso preparatório⁶, ou a lista de

professores da Universidade de São Paulo (USP) atingidos pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁷.

Mapeando no presente o máximo possível de informações sobre o passado de todo aquele que poderia um dia se tornar um ‘inimigo da pátria’, ganhava-se de antemão uma vantagem em futuros conflitos. Tal *lógica da suspeição*, arraigada na cultura institucional de órgãos de vigilância como a DOPS/PR, acabava fazendo de qualquer pessoa um potencial inimigo (Magalhães, 1997).

Em 1968, o Informe nº 50/68-CDN, do Departamento de Segurança da Rede de Viação Paraná Santa Catarina (RVPS - vinculada à Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA), encaminhado a vários órgãos do sistema de controle (segunda seção – serviço de informações – da 5ª Região Militar do III Exército – E2/5ªRM, Agência Central do SNI, DOPS/PR, Polícia Militar do Paraná, dentre outros), informava que o diretório acadêmico da “Escola de Serviço Social” teria promovido uma assembleia crítica à Reforma Universitária; que nos próximos dias uma assembleia semelhante iria ser realizada no Diretório Acadêmico Dois de Julho, da “Faculdade Católica de Direito”; que a “Faculdade de Filosofia” iria fazer uma greve; e informava ainda os dados do estudante que havia sido eleito para representar a Escola de Serviço Social no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna.⁸ É interessante observar também a amplitude do sistema de controle, que incluía órgãos de informações até mesmo nas empresas de transporte.

Em 1981, a DSI/SSP/PR passou a elaborar um ofício circular intitulado “Boletim Mensal”, por meio do qual eram difundidas informações concernentes às atividades de controle. Sintomática da importância dada ao alunado era a existência de uma seção especial em tal boletim intitulada “estudantil” (as outras eram denominadas “segurança pública” e “político”, e por meio delas separavam-se as informações de cunho político das relativas aos chamados ‘crimes comuns’).⁹

Também os estudantes que realizavam atividades discentes no exterior eram vigiados e, obviamente, a ênfase recaía sobre aqueles que optavam por instituições em países do bloco socialista. É indicativo disso um pedido de dados, enviado pela agência do SNI em Curitiba à DOPS/PR, relativo a brasileiros que supostamente realizavam estudos na Polônia e na antiga República Democrática Alemã (RDA).¹⁰

Também os professores eram fortemente vigiados. Em 1977 e 1978, a Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Estadual de Londrina (ASI/UUEL) acompanhava as tentativas de transformação da Associação Profissional de Professores de Londrina em sindicato, inclusive porque havia membros daquela universidade na direção da entidade. Nas informações disseminadas por aquela ASI a outros órgãos, dentre eles a DOPS/PR, procedia-se ao costumeiro trabalho de “qualificação ideológica” dos docentes envolvidos, classificando-os como “esquerdistas”, de “tendência esquerdista”, dentre outros termos típicos do jargão costumeiramente mobilizado pelos agentes de informações.¹¹

De 1979 a 1982, do mesmo modo que em Londrina, houve forte vigilância sobre a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR).¹² A DOPS/PR montou extenso dossiê sobre a entidade, com recortes de jornais da grande imprensa, informativos da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), panfletos da associação e de chapas candidatas à sua direção. O dossiê contava ainda com ofícios enviados pela entidade a professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), seus associados; teriam sido apanhados ao acaso ou entregues a órgãos de vigilância por colaboradores?

No início da década de 1980, a atuação cada vez mais significativa da ANDES junto a professores universitários e associações docentes despertava a preocupação dos

órgãos de vigilância. Do mesmo modo em relação à articulação entre professores e servidores técnico-administrativos das universidades, bem como quanto ao apoio que os estudantes universitários estariam planejando oferecer a um grande ato de protesto (o “Dia Nacional de Luta”, de abrangência nacional). A ampla distribuição dos informes relacionados a tal tema (enviados a setores de informação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como à rede do SNI, aos DOPS e às polícias civis de todo o país) era indicativa de tal apreensão por parte dos órgãos do sistema de controle.¹³

Nessa mesma linha de ação, tentava-se desvendar as importantes articulações entre os diversos segmentos da sociedade. Em 1982, por ocasião de uma greve dos professores da educação básica no Paraná, a DOPS/PR distribuía a relação de entidades (com indicação de respectivos presidentes e endereços) que apoiavam aquele movimento grevista, incluindo a APUFPR e a ANDES.¹⁴

Especial atenção era dada pelos agentes e órgãos de vigilância aos “cassados”, ou seja, àqueles que haviam sido sumariamente afastados de seus cargos por motivos políticos. As informações sobre todos os expurgados era mantida em dossiê específico, provavelmente para poder produzir “prontuários” daqueles indivíduos no futuro, caso isso fosse necessário.¹⁵ Em um relatório não identificado (provavelmente feito por informante, pois não continha cabeçalho, ao contrário do padrão dos órgãos de controle), indicava-se dentre outros pontos a participação de um professor, sumariamente afastado da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em uma assembleia de professores da educação básica.¹⁶ O expurgo, portanto, gerava uma dupla marca: levava à imputação do “estigma do cassado” e também significava receber uma ‘atenção especial’ por parte dos órgãos de informações (Mansan, 2011).

Um ofício da DSI/SSP/PR de 19/06/1969 alertava sobre a organização de “atentados terroristas” contra a Petrobrás e suas distribuidoras, no estado do Rio de Janeiro, por membros da oposição ao regime, afirmando tratar-se de movimento nacional e dele fazerem parte indivíduos até então não identificados, mas que teriam visitado as faculdades de Filosofia, Medicina, Economia e Agronomia no Paraná (sem indicar a universidade) e teriam mantido contato com “pessoas cassadas”.¹⁷

Ainda em 1969, o professor José Leite Lopes, expurgado após o AI-5, precisou pedir autorização ao Ministério da Justiça para viajar para o exterior, o que foi comunicado pelo gabinete do ministro à PF.¹⁸

Não só estudantes e professores eram vigiados pela DOPS/PR, mas também os servidores técnico-administrativos. Os “Congressos de Servidores Públicos do Brasil” (1º realizado em 1972, 10º em 1976), por exemplo, eram atentamente vigiados por aquela delegacia.¹⁹

A vigilância não se restringia às universidades públicas. Em agosto de 1980, a ASI/UEL encaminhava à DSI/MEC e à DSI/SSP/PR a lista dos alunos da PUC-PR então escolhidos para assumirem o diretório acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais daquela instituição, assinalando ainda que “a referida entidade mantém intercâmbio com o DCE/Livre da FUEL”.²⁰

A participação de professores e estudantes em movimentos sociais, durante o processo de abertura, também foi vigiada pelo sistema de controle. As reuniões do movimento feminista paranaense, realizadas em princípios de 1981 com o objetivo de organizar o 1º Congresso da Mulher de Curitiba, foram acompanhadas de perto por um colaborador (provavelmente um agente infiltrado) que as relatava, de modo sistemático e com alto grau de detalhes, à DSI/SSP/PR.²¹ Posteriormente, para acompanhar o congresso, que seria realizado no início de março na Casa do Estudante Universitário do Paraná, o delegado-chefe da Seção de Informações da DOPS/PR encaminhou um agente. Por meio

da Papeleta de Serviço nº 17/81, determinou que acompanhasse o congresso e produzisse um relatório detalhado, onde constasse “o nome dos organizadores, dos oradores, dos participantes, os assuntos tratados e conclusões chegadas”, assim como a “identificação dos veículos utilizados para o transporte dos inscritos no Congresso”. Observava ainda que deveria ser verificada a ocorrência de “venda de jornais e distribuição de panfletos no local, fazendo coleta de exemplares se possível”.²² Esse exemplo indica a existência, no processo de vigilância, de um método definido e de determinações hierarquicamente estabelecidas dentro dos órgãos do sistema de controle envolvidos.²³

No início da década de 1980, no contexto de efervescência social da reabertura, a DOPS/PR vigiava a participação de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, bem como de suas entidades representativas, em movimentos grevistas e outros protestos, acompanhando tal questão tanto no âmbito estadual quanto no nacional. Também vigiava a participação de estudantes e servidores técnico-administrativos em greves e congressos, como o I Congresso da USP.²⁴ Em setembro de 1980, foi minuciosamente mapeada a divulgação na imprensa da “Semana de Luta e Mobilização” dos professores universitários, atividade promovida em todo o país com apoio de docentes das universidades públicas e de algumas privadas, como a PUC-SP, a PUC-Campinas e a Universidade Metodista de São Paulo. O mesmo ocorreu com a greve nacional organizada pela UNE naquele período.²⁵

O 1º Congresso Londrinense de Direito, promovido pela Associação de Advogados de Londrina/PR e realizado em agosto de 1977 no Anfiteatro da Associação Comercial de Londrina, contou com a participação de palestrantes paranaenses, paulistas e cariocas, bem como de ouvintes vindos de Curitiba e também de outros estados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Além deles, também estavam presentes alguns agentes do sistema de controle que, infiltrados, realizaram a vigilância do evento e a reportaram aos principais órgãos da “comunidade de segurança e informações”.²⁶

A vigilância começou antes do próprio evento. Um mês antes da realização daquela atividade, a ASI/UUEL notificou a DSI/MEC que o congresso estava sendo divulgado, indicando a programação e a composição da comissão organizadora, assinalando os nomes daqueles que tinham registro naquela ASI. Nesse relato, a ASI/UUEL dava destaque para o professor que ocupava a função de presidente da Comissão Executiva do evento, considerado por aquele órgão de vigilância como simpático ao grupo “Poeira de Esquerda Estudantil”, que estaria dirigindo o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEL naquela ocasião. Assinalava ainda que aquele docente teria mantido “destacada atuação por ocasião da repreensão policial ao Debate sobre Direitos Humanos e Assembleia Constituinte, promovido pelo DCE/FUEL”, e que naquela ocasião teria dirigido “críticas ao governo pela proibição ao referido debate”.²⁷ Observava ainda que o professor teria sido demitido de agência do Banco do Brasil em Londrina, onde atuava como advogado, sugerindo a *possibilidade* de que tivesse se tratado de um afastamento por questões políticas. Além disso, solicitava que os órgãos de segurança analisassem o cartaz de divulgação do evento, cuja cópia era enviada em anexo ao relato, “pois a gravura ali representada é sugestiva e enseja mensagem ou palavra de ordem de grupos esquerdistas”. A ‘preocupante’ e ‘subversiva’ imagem: uma mão soltando uma pomba, símbolo universal da paz.

Após a realização do evento, a ASI/UUEL encaminhou um detalhado relatório à DSI/MEC e à DOPS/PR, que repassaram os dados aos principais órgãos da “comunidade de segurança e informações”, dentre eles o Exército, o SNI e a PF. No relatório, os dados de cada conferência (tema, conferencista, data etc.) eram sempre seguidos de um parecer acerca da ausência ou da presença de “conotação política” nas falas proferidas em cada

atividade. Quando identificada, os aspectos considerados indicadores de “conotação política” eram descritos em detalhes. As eventuais entrevistas dadas pelos conferencistas à imprensa local também eram assinaladas e, quando publicadas, anexava-se recorte da respectiva reportagem no relatório.

Era grande a produção de informes pela ASI/UEL. A crítica ao regime era o aspecto mais visado. Em março de 1978, a assessoria relatava a criação do Núcleo de Teatro Universitário, no Centro de Educação, Comunicação e Artes da UEL. Descrevia, como de costume, detalhado relatório a respeito das atividades do referido núcleo, indicando os alunos atuantes, a professora que o coordenava, e apresentava comentários sobre a encenação da peça “Recepção aos novos calouros”, que seria, na visão do órgão de vigilância, “uma sátira de cunho subversivo onde a figura do Reitor, Ministro da Educação, Assessoria de Segurança, Serviço de Vigilância e Guarda do Patrimônio da FUEL e outras autoridades universitárias são altamente ridicularizadas e contestadas”, salientando ainda que “criticam, ridicularizam e contestam a Política Educacional do Governo”.

A ação dos grupos de extrema-direita também era vigiada, ainda que seja uma questão em aberto a relativa tolerância e mesmo colaboração estabelecida em certos casos entre segmentos da “comunidade de segurança e informações” e tais grupos. Na DOPS/PR, em um dossiê intitulado “atentados terroristas”, reuniam-se recortes de jornais tratando do assunto em todo o país. Recortes do *Jornal do Brasil* e da *Folha de São Paulo*, de março e abril de 1978, tratavam de explosões de bombas na Faculdade de Direito e no DCE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do envolvimento do GAC (Grupo Anti Comunista), do sequestro de uma estudante e de ameaças recebidas por outros estudantes.²⁸

4. Outro aspecto perceptível através da análise dos documentos da DOPS/PR diz respeito a *como* ocorria a vigilância.

Todo órgão participante do sistema de controle que obtivesse algum informe sobre qualquer ameaça considerada potencial ou real ao regime deveria encaminhar tais dados a outros órgãos de informação, especialmente aos DOPS, ao SNI e às seções de informações do Exército e, eventualmente, também à PF, à Marinha ou à Aeronáutica, dentre outros. No caso do movimento estudantil na UFPR, por exemplo, um informe foi encaminhado em 1970 à DOPS/PR pela Escola de Oficiais Especializados e de Infantaria de Guarda, vinculada à Aeronáutica, com um exemplar do *Barata*, jornal elaborado pelo Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná, entidade dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR. Outros informes, também em 1970, foram encaminhados pelo Departamento de Segurança da RVPSC/RFFSA. Um relatório de setembro de 1976, produzido pelo Serviço de Informações da PF, continha dados bastante detalhados de uma assembleia promovida por aquele diretório acadêmico.²⁹

A ASI/UEL foi uma das várias assessorias de segurança e informações criadas oficialmente pelo Decreto-lei nº 200 (DL-200), conhecido como “Lei de Reforma Administrativa”.³⁰ A criação das ASI inscreveu-se em um processo de centralização determinante para a consolidação daquele sistema de controle social. As ASI das instituições de ensino superior eram subordinadas à DSI/MEC, criada pelo mesmo DL-200 (Mansan, 2010).

Como exemplo da colaboração das ASI com a DOPS/PR, cabe mencionar que, em 1977, a ASI/UEL encaminhou àquela delegacia um dossiê sobre a APESUL (Associação Profissional dos Professores do Ensino Superior), no qual constava: a Informação nº 016/77-ASI/UEL, sobre uma reunião de professores da educação básica do Paraná; a Informação nº 046/77-ASI/UEL, em resposta a pedido da DOPS/PR sobre participação de professores daquela universidade na referida reunião; o Prontuário nº 28/76-ASI/UEL, de um professor daquela universidade (continha dados pessoais e um “histórico”, onde era

indicada sua “conotação política: esquerdista”, bem como sua militância como estudante universitário, como professor, como membro de grupos de teatro e como secretário da Associação de Professores Licenciados do Paraná – APLP); diversos recortes de jornal, a maioria sobre a APLP e sobre a Associação de Professores do Paraná – APP, e um sobre a APESUL (informando que pretendia-se transformá-la em sindicato).³¹

A extinção das ASI nas universidades, entre fins de 1979 e os primeiros anos da década de 1980, foi uma ação meramente formal.³² Alguns militares que chefiavam tais assessorias permaneceram nas instituições de ensino superior, nas mesmas salas que ocupavam anteriormente, e as “assessorias [especiais] de segurança e informações” (“ASI” ou “AESI”) que coordenavam passaram a se chamar “assessorias especiais do Reitor” (“AER”).³³ Foi assim na UFRGS e na UFPR. Paralelamente a isso, assessorias de segurança e informações eram criadas nas delegacias regionais do MEC. Em janeiro de 1980, por exemplo, era ativada a ASI da Delegacia Regional do MEC no Paraná (ASI/DR-9), por orientação da DSI/MEC (Ofício Circular nº 06/DSI/MEC, de 04/12/1979), “para preencher a lacuna deixada pela extinta ASI/UFPR”, instalando-se nas dependências da Delegacia Regional daquele ministério, em Curitiba.³⁴ A ASI/DR-9 seguiu realizando as atividades de vigilância e outras relacionadas ao controle do campo da educação superior no Paraná. Em agosto de 1981, por exemplo, aquela assessoria encaminhou a lista sêxtupla de candidatos ao cargo de reitor da UFPR para uma consulta prévia em alguns dos principais órgãos de informações daquela região (SNI, PF, DSI da Polícia Civil do PR, E2/5ªRM), solicitando especialmente o “registro de antecedentes negativos” dos candidatos.³⁵ Vê-se aí um dos principais usos da massa de informações construída pelo sistema de controle: a seleção dos indivíduos destinados a funções estratégicas, eliminando preventivamente a possibilidade de acesso a tais funções para aqueles que eram considerados como opositores ou de alguma maneira perigosos para o regime.

Uma prática muito utilizada no processo de produção de informações era a realização de vigilância por agentes infiltrados. Em setembro de 1980, por exemplo, um detetive foi infiltrado pela DOPS/PR em um protesto, produzindo posteriormente um relatório para aquele órgão de controle no qual assinalava, dentre outros pontos, a participação de professores, estudantes, presidentes de associações docentes, representantes de diretórios acadêmicos da UFPR, da UCPR (Universidade Católica do Paraná) e do CEFET-PR (Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná), dentre outros manifestantes.³⁶ Nas universidades, inclusive nas salas de aula, também era frequente a presença de infiltrados. Em novembro de 1979, por exemplo, oito estudantes e um professor foram presos, dentro do *campus* do Vale da Canela da Universidade Federal da Bahia, por policiais militares *à paisana*.³⁷

A Informação nº 493-E2/69, da E2/5ªRM, de 21/10/1969, classificada como A-6, enviada à DOPS/PR com distribuição para todo o III Exército, para a PF do Paraná e Santa Catarina e ainda para o 1º Batalhão de Fronteira, tratava de um indivíduo nos seguintes termos:

Trabalha (...) em Porto Alegre. Diz-se elemento *cassado* pela Revolução. Viajou recentemente de Porto Alegre para Curitiba de ônibus; nessa viagem estabeleceu conversa com *informante desta agência*, tendo *dado a entender ser elemento contra-revolucionário*. Supostamente a negócios da firma percorre o interior; recentemente esteve em Cascavel, de onde, segundo declarou, voltaria ao Rio Grande do Sul através do Paraguai e Argentina.³⁸

A classificação “A-6” indica que, se a veracidade dos dados não podia ser confirmada (“6”), a fonte era considerada por aquele setor de inteligência do Exército

como “completamente idônea” (“A”). Como comentado inicialmente, ampla era a rede de colaboradores do sistema de controle cujo núcleo era a “comunidade de segurança e informações”, e vários eram os motivos que poderiam motivar determinados indivíduos à colaboração. Alguns, segundo Magalhães (1997), até recebiam dinheiro em troca das informações.

No âmbito do campo da educação superior, também ocorria o colaboracionismo. A Casa do Estudante Universitário do Paraná, por exemplo, sofreu forte vigilância e até mesmo triagem ideológica das diretorias da casa com base em informações fornecidas ao sistema de controle por colaboradores. Por ocasião da eleição pra gestão 1969/70 daquela entidade estudantil, a E2/5ªRM difundiu pela “comunidade de informações” dados recebidos de um “informante”. Após verificar a lista de nomes recebida do colaborador, identificou, por meio de pesquisa em seu banco de dados, que alguns membros da diretoria então eleita estavam “fichados na DOPS”. Por meio de seus “prontuários”, distribuídos em anexo, verificava-se os motivos para tanto. Um deles, por exemplo, havia sido preso por agentes da DOPS/PR em setembro de 1968, quando distribuía “panfletos subversivos”.³⁹

Outro informe, de setembro de 1980, que descrevia a posse de nova diretoria naquela casa estudantil, deixava evidente que a solenidade havia sido presenciada por um agente infiltrado ou por um informante de confiança daquele órgão de controle. Indicava, juntamente com a nominata da nova diretoria, que o presidente teria afirmado que “os pelegos haviam sido afastados, e que fariam daquela casa um centro político”.⁴⁰

Em novembro de 1967, a DOPS/PR recebeu uma série de cartas do então presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, por meio das quais ele comunicava a nova diretoria da instituição, agradecia pela ação da DOPS/PR naquela entidade (“mantendo a lei e a ordem” nos dias anteriores a 20/11/1967, quando assumira a direção da entidade), encaminhava estatutos da entidade e alguns folhetos, dentre outros materiais.⁴¹ Esse é um exemplo de como certos membros da sociedade civil atuavam – com vistas a benefício próprio, por simpatia ideológica com o regime, por medo etc. – como colaboradores da ampla rede que formava aquele sistema de controle social.

Uma importante forma de vigilância praticada pela polícia política correspondia ao acompanhamento de notícias publicadas em diversos jornais do país, facilitada pela sistemática troca de informações entre os órgãos da “comunidade de segurança e informações”. Na DOPS/PR, as informações eram organizadas em dossiês temáticos, relacionados aos setores sociais, entidades e grupos vigiados, subdivididos em partes dedicadas a cada ano.⁴² Essa era uma das atividades que a DOPS/PR e outras polícias políticas brasileiras já praticavam desde o Estado Novo.

Em fins de 1976, como mencionado anteriormente, a agência de Curitiba do SNI solicitava à DOPS/PR uma série de dados relativos a brasileiros que então estavam estudando em países do bloco socialistas (especificamente Polônia e Alemanha oriental). Indicava o nome e o endereço de moradores de Curitiba com os quais aqueles estudantes se correspondiam, solicitando “dados de qualificação” dos estudantes e de seus correspondentes brasileiros. Pedia ainda que fossem obtidos, junto aos correspondentes, dados dos estudantes no exterior: “escola, curso que realiza e período que deverão permanecer naqueles países”. A vigilância das correspondências de determinados indivíduos também era um método frequentemente utilizado naquele contexto.⁴³

A “comunidade de segurança e informações” também ‘vigiava’ a si mesma, e isso era tão essencial ao funcionamento daquele sistema de controle social quanto a vigilância do restante da sociedade, pois permitia a determinados membros do grupo do poder o controle da estrutura coercitiva. Nos jornais, acompanhavam também o modo como as ações repressivas eram divulgadas para a sociedade.⁴⁴

Isso significa que as ações repressivas eram parte importante de políticas de controle gestadas e implementadas a mando do grupo no poder. Obviamente a simples presença do elemento humano na estrutura coercitiva garantia a ocorrência de oscilações na *intensidade* ou *efetividade* com que as medidas repressivas eram aplicadas (ex: torturadores que se excediam e causavam a morte dos torturados antes de obterem informações, indivíduos reprimidos por engano ou por falsas delações, equipes de “captura” que fracassavam no sequestro etc.). No entanto, independentemente da ocorrência de tais oscilações, as medidas repressivas inscreveram-se no âmbito de estratégias coercitivas que, por sua vez, compunham políticas de controle determinadas pelo grupo no poder.

A Agência Central do SNI produzia um extenso relatório mensal (com uma média de 150 páginas), classificado (“reservado”) e de ampla divulgação no interior do sistema de controle, intitulado *Comunismo Internacional: Sumário de informações*.⁴⁵ Tais relatórios eram disseminados amplamente entre a maioria dos órgãos componentes do sistema de controle. Sua divulgação não se restringia, portanto, à “difusão interna”, ou seja, à difusão no interior da “comunidade de segurança e informações”, com ênfase para as agências regionais do SNI, os DOPS, as polícias militares e a PF. A “difusão externa” daquele tipo de documento, no âmbito dos órgãos do sistema de controle não vinculados à “comunidade de segurança e informações”, abrangia: os gabinetes civil e militar da Presidência, todos os ministérios civis e militares, a Assessoria Especial de Relações Públicas, o Conselho de Segurança Nacional, a 2ª Seção das Forças Armadas, a ESG, os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os presidentes do Superior Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar e, ainda, algumas “autoridades eclesiásticas” (Núncio Apostólico e arcebispos de São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro e Diamantina). Aqui há outro aspecto importante daquele regime: a significativa participação da cúpula da Igreja Católica no grupo que dirigia aquele regime ditatorial.⁴⁶

Vários trechos desses relatórios dedicavam-se a descrever a participação de setores do campo da educação superior no “movimento comunista internacional”. Tais documentos cumpriam, dentre outras, a fundamental função de disseminar certas ideias pela ampla rede que formava o sistema de controle, uniformizando e consolidando uma certa ideologia fortemente anticomunista. Ter uma significativa coesão ideológica no sistema de controle era fundamental para o sucesso daquele projeto político.

Referências

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. **MB-75 – Manual Básico**. Rio de Janeiro: APEX, 1975.

COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (ed.). **Social Control and the State: historical and comparative essays**. Oxford: M. Robertson, 1983.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DEFLEM, Mathieu. The concept of social control: theories and applications.

International Conference on Charities as Instruments of Social Control in Nineteenth-Century Britain, Université de Haute Bretagne (Rennes 2), Rennes, France, Nov. 2007. Disponível em: <www.mathieudeflem.net>. Acesso em: 10 dez. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. V. 3** – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Trad. C. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

MANSAN, Jaime Valim. O estigma do cassado: efeitos simbólicos da aplicação de políticas públicas de controle social durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1988). In: **Anais do II Seminário Políticas Públicas e Educação: constituindo a cidadania?** Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG): Rio Grande/RS 2011.

_____. O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969). **Militares e política**, Rio de Janeiro, 2010, v. 7, p. 76-99.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad. C. E. Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

UEL - Universidade Estadual de Londrina. Pró-Reitoria de Planejamento. Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional. **UEL em dados**. 2011. Disponível em <<http://www.uel.br>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

Recebido em novembro-12

Aprovado em maio-13

Notas

* Este artigo é uma versão revisada da comunicação intitulada “A vigilância do campo da educação superior no Brasil da Ditadura Civil-Militar (1964-1988): o caso da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR)”, apresentada em 2012 no *X Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*, em Salamanca, Espanha.

** Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq. Doutorado sanduíche na *Universidad Complutense de Madrid*, bolsista PDSE/CAPES. E-mail: jaimemansan@gmail.com. Site: <http://puhrs.academia.edu/JaimeValimMansan>

¹ A DSN é um aspecto bastante conhecido da história das relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Guerra Fria. Doutrina contrarrevolucionária cujas origens remontam a 1947, recebeu um forte impulso após 1959. Como afirmou o padre Comblin (1978, p. 243), “a extensão da doutrina e do sistema da Segurança Nacional, com todas as suas implicações políticas, sociais, econômicas e outras, não teria sido possível se não tivesse havido a Revolução de Cuba”. Fortemente anticomunista e conservadora, alicerçada na ideia de luta contra o “inimigo interno”, a DSN cumpriu papel determinante nas ditaduras implantadas no Brasil em 1964, no Uruguai e no Chile em 1973 e na Argentina em 1976. A presença da DSN no Brasil é bem anterior a 1964 e foi amplamente facilitada pela influência que as concepções militares estadunidenses já vinham exercendo desde 1942 sobre as Forças Armadas brasileiras, quando substituíram os modelos francês e alemão como matrizes doutrinárias predominantes.

² Grifos no original.

³ Sobre a noção de *controle social* e sua notória polissemia, ver Alvarez (2004), Cohen & Scull (1983) e Deflem (2007).

⁴ Arquivo Público do Estado do Paraná (BR APPR). Fundo Delegacia de Ordem Política e Social (PB004). Pasta (PT) 328.39.

⁵ BR PRAPPR.PB004.PT717.82.

⁶ BR PRAPPR.PB004.PT158.19.

⁷ BR PRAPPR.PB004.PT179.20. p. 27-28.

⁸ BR PRAPPR.PB004.PT122.15.

⁹ BR PRAPPR.PB004.PT146.18.

- ¹⁰ BR PRAPPR.PB004.PT150.18.
- ¹¹ BR PRAPPR.PB004.PT101.13.
- ¹² BR PRAPPR.PB004.PT95.12. p. 7-8.
- ¹³ BR PRAPPR.PB004.PT708.81.
- ¹⁴ BR PRAPPR.PB004.PT93.11. p. 2.
- ¹⁵ BR PRAPPR.PB004.PT177.20.
- ¹⁶ BR PRAPPR.PB004.PT92a.11. p. 73.
- ¹⁷ BR PRAPPR.PB004.PT119.15.
- ¹⁸ BR PRAPPR.PB004.PT179.20.
- ¹⁹ BR PRAPPR.PB004.PT106.13.
- ²⁰ BR PRAPPR.PB004.PT721.82. p. 2. A Universidade Estadual de Londrina foi criada no início de 1970, como *fundação*, em consonância com o tipo de expansão da educação superior promovido no país após a Reforma Universitária de 1968. Daí o uso frequente da sigla “FUEL” naquele contexto. Através da Lei Estadual nº 9.663, de 16/07/1991, a instituição foi transformada em autarquia (UEL, 2011).
- ²¹ Parece provável que se tratasse de agente infiltrado e não de informante (colaborador voluntário), porque todos os informes foram classificados como plenamente confiáveis (“A-1”).
- ²² A “papeleta de serviço” era um instrumento de comunicação interna utilizado em alguns órgãos de segurança e informações, geralmente para delegar tarefas a subordinados.
- ²³ BR PRAPPR.PB004.PT330.39.
- ²⁴ Congresso que teria ocorrido entre 15 e 19/09/1980, com a participação de estudantes, funcionários e professores da Universidade de São Paulo e organização de suas respectivas entidades representativas (DCE-Livre, ASUSP e ADUSP). CONGRESSO DA USP É ORGANIZADO. *Folha de São Paulo*, 09/09/1980.
- ²⁵ DOCENTES PARAM E EXIGEM VERBAS. *Folha de São Paulo*, 09/09/1980. BR PRAPPR.PB004.PT1074.131.
- ²⁶ BR PRAPPR.PB004.PT329.39.
- ²⁷ Informação nº 064/77-ASI/UEL, de 13/07/1977.
- ²⁸ BR PRAPPR.PB004.PT119.15. p. 32; 37.
- ²⁹ BR PRAPPR.PB004.PT736.83.
- ³⁰ BRASIL. Decreto-lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Portal da Legislação - Casa civil da Presidência da República*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm>. Acesso em 13 jan. 2009.
- ³¹ BR PRAPPR.PB004.PT100.12. p. 2; 9; 15.
- ³² BR PRAPPR.PB004.PT667.75.
- ³³ BR PRAPPR.PB004.PT747.84. A AER da UFPR manteve-se na função de vigilância que exercera ao longo da década de 1970, quando era a ASI/UFPR. Em 09/06/1980, por exemplo, aquela assessoria encaminhou à Subdivisão de Informações da DSI/SSP/PR um relatório detalhado das eleições para o DCE da UFPR.
- ³⁴ BR PRAPPR.PB004.PT667.75. p. 41.
- ³⁵ BR PRAPPR.PB004.PT667.75. p. 5.
- ³⁶ BR PRAPPR.PB004.PT709.81.
- ³⁷ BR PRAPPR.PB004.PT682.78. p. 4.
- ³⁸ BR PRAPPR.PB004.PT682.78. p. 6. Grifos ausentes do original.
- ³⁹ BR PRAPPR.PB004.PT172.19. p. 6; 8.
- ⁴⁰ BR PRAPPR.PB004.PT173.19.
- ⁴¹ BR PRAPPR.PB004.PT107.13.
- ⁴² Exemplos: BR PRAPPR. PB004.PT1074.131 e BR PRAPPR.PB004.PT93.11.
- ⁴³ BR PRAPPR.PB004.PT150.18.
- ⁴⁴ Exemplos: GREVISTAS DETIDOS: Piquete foi desfeito pela Polícia Militar. *Tribuna do Paraná*, 06/09/1980; POLÍCIA IMPEDE PASSEATA EM GOIÁS. *Folha de São Paulo*, 10/09/1980. BR PRAPPR.PB004.PT1074.131.
- ⁴⁵ BR PRAPPR.PB004.PT306.33 (nº 9, de set. 1970), BR PRAPPR.PB004.PT305.33 (nº 6, de jun. 1970), BR PRAPPR.PB004.PT307.33 (nº 10, de out. 1970), BR PRAPPR.PB004.PT308.33 (nº 11, de nov. 1970), BR PRAPPR.PB004.PT309.34 (nº 12, de dez. 1970), BR PRAPPR.PB004.PT310.34 (nº 13, de jan. 1971), BR PRAPPR.PB004.PT311.34 (nº 5?, de maio 1971).
- ⁴⁶ A esse respeito, é possível consultar, dentre outros, Serbin (2001).